

AVENTURAS DE DIÓFANES, DE TERESA MARGARIDA

DA SILVA E ORTA

– Os ideais de Climenéia e Diófanos à *luz* dos tempos*

SOFIA DE MELO ARAÚJO**

sofiademeloaraujo@hotmail.com

“Foi para o homem o fim da sua menoridade”
Emmanuel Kant, *Was Ist Aufklärung?*, 1784

1. A autora, o texto e os tempos

Viajar na Literatura de tempos idos é um caminho que tem tanto de apaixonante como de difícil, sem o abrigo da contemporaneidade e preso pelos filtros da distância mental. Quando procuramos focar a literatura de produção feminina, os escolhos aumentam, brotando de preconceitos e dissimulações. Tal é o caso quando abordamos a

* Trabalho originalmente apresentado ao seminário “Da Novela Exemplar à Novela Alegórica e Filosófica (Séculos XVI-XVIII)” do Curso Integrado de Estudos Pós-graduados em Literaturas Românicas.

** Estudante de doutoramento.

obra *Aventuras De Diófanes*¹ ou *Máximas de Virtude e Formusura*, da pena pseudónima de Dorothea Engrassia Taveda Dalmira. A primeira grande questão que prendeu a atenção de diversos estudiosos é precisamente a questão da real identidade autoral do texto. A obra, publicada pela primeira vez em 1752, é hoje comumente aceite como fruto da escrita de Teresa Margarida da Silva e Orta, a “huma senhora portugueza” de algumas edições, sobretudo após os trabalhos de meados do século XX do brasileiro Ruy Bloem², precursor igualmente da análise do pseudónimo como acrónimo³ do nome verdadeiro de Teresa Margarida. Muitos são os motivos apontados para que a já quase octogenária Teresa Margarida permitisse que a terceira edição do texto hoje aceite como seu, de 1790, viesse a público em nome do seu amigo íntimo Alexandre de Gusmão⁴, já por então falecido – Maior aceitação de um autor masculino?⁵ Estratégia comercial visando o pres-

¹ No decurso deste trabalho reportar-me-ei sempre à edição crítica de Maria de Santa Cruz, publicada em 2002 pela Editorial Caminho. A identificação das citações consistirá apenas na indicação do número de página.

² Cf. Rui Bloem, “Prefácio” a Teresa Margarida da Silva e Orta, *Aventuras de Diófanes*, Rio de Janeiro, MEC – Instituto Nacional do Livro – Imprensa Nacional, 1945.

³ Ou “pseudónimo anagramático”, nas palavras de Márcia Abreu – “Leituras Literárias no Rio de Janeiro (1769-1807)”, in *XXII Congresso Brasileiro Ciência da Comunicação*, Campinas, Unicamp, 1999.

⁴ Hipótese a pôr completamente de lado desde logo pelo aparente (re)conhecimento da verdadeira identidade da autora pelos censores: “A obra foi entregue aos censores em 1750 e dos seus comentários destaca o facto de eles conhecerem quem está por trás do pseudónimo...” (Eva Loureiro Vilarelhe, “Fabricação de Ideias e Identidade na Historiografia Literária Lusa e Brasileira: Começa a literatura brasileira com um romance feminista e político escrito por uma mulher?”, comunicação apresentada ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 2004, disponível em www.ces.uc.pt/LAB2004, p. 3).

⁵ Maria de Santa Cruz recorda a “audácia de introduzir neste todo um nome feminino...” (*Crítica e confluência em ‘Aventuras de Diófanes’*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990, p. 653).

tígio do autor?⁶ Co-autoria?⁷ Homenagem póstuma dada a partilhada paternidade efectiva dos ideais expostos? Infelizmente, teremos que nos render a que, até à desejada submissão do fio do tempo ao tecer humano, do passado nada mais temos que os textos que os homens de então escolheram (ou puderam) legar-nos. Assim, creio ser estéril a discussão de intenções neste acto. Igualmente infrutífera, mais competitiva que científica, me parece a querela entre os defensores de *Aventuras de Diófanos* como obra brasileira (dada a nacionalidade de Orta), portuguesa (dada a sua vivência quase exclusivamente em Portugal) ou luso-brasileira (numa espécie de terreno misto, assente nas condições políticas do Brasil colónia do século XVIII), discussão alimentada muito em torno da apresentação da própria como ‘estrangeira’. Trata-se, sim, de uma obra de valor mundial⁸, marcadamente

⁶ “Supõe-se que o nome de Alexandre Gusmão, escrivão de D. João V e amigo dos Molers [Teresa Margarida e o marido], foi usado para poder garantir o êxito da obra, por ser pessoa de respeito.” (Monica Rector, *Mulher Objecto e Sujeito da Literatura Portuguesa*, Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, 1999, p. 131).

⁷ Esta posição, que de várias leituras feitas não me parece a mais sustentada, é defendida por Maria de Santa Cruz: “(...) trata-se, provavelmente, de uma co-autoria, processo bastante em voga no século XVIII (...)” (“Introdução” a Teresa Margarida da Silva e Orta, *Aventuras de Diófanos*, Lisboa, Editorial Caminho, 2002, p. 13).

⁸ Conceito mesmo este não isento de opositores: lembra Maria de Santa Cruz “Alguns críticos do século XX, porém, dos dois lados do Atlântico, desprezando o «sentimentalismo», a erudição, a universalidade das Luzes e o secreto gozo da ductilidade da língua que Dorothea afeiçoou, consideram-no, displicentemente, uma «obrinha» ou «romancinho», «sem nada de português ou brasileiro».”, (“Introdução” a *Aventuras De Diófanos*, cit., p. 20). No entanto, a própria declara a forma como a obra inaugura o espírito de segunda metade do século XVIII brasileiro “diferenciando-se e inovando, contrastando não só pelo gênero como pela ousadia das suas reflexões político-filosóficas.” (Maria de Santa Cruz, *Crítica e Confluência em ‘Aventuras de Diófanos’*, cit., p. 653). Daí que subscreva a consideração desta obra como “(...) marco fundamental na história da literatura em língua portuguesa (...)” e da sua autora como “(...) pioneira na defesa da mulher e na luta pela igualdade entre os gêneros (...)”, ainda que também “(...) uma mulher do seu tempo, sendo,

ocidental na sua contextualização, mas profundamente humana e ainda perfeitamente contemporânea na sua ideologia e (infelizmente) na premência da sua aplicação.

Mais interessante será, então, creio, a questão de voz autoral, enquanto realidade múltipla e paleta de distintas intensidades. De facto, e aceitando Teresa Margarida como a mão que delineou as palavras de *Aventuras de Diófanés*, muitas são as vozes que ecoam no texto: desde logo o já nomeado Alexandre Gusmão, estrangeirado⁹, escrivão de D. João V e peça fundamental no Tratado de Madrid, como documenta Jaime Cortesão¹⁰, amigo e mentor de Teresa; também, mais ao longe, conseguimos ouvir ecos de Luís António Verney¹¹ e da sua defesa da

logo, influenciada – e limitada – por ele (...)” (Francisco de Paula Souza Mendonça Júnior, “Virtude & Formosura: Um Olhar sobre o Feminismo no Romance de D. Teresa Margarida da Silva e Orta”, in <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/franciscodepaula.pdf>).

⁹ “A Ilustração começa a invadir Portugal no reinado de D. João V, conhecido pelo título de o Magnânimo. No reinado do Rei Sol Português, dá-se a entrada dessas idéias num Portugal ainda preso à Inquisição, através da atividade de pessoas que a historiografia portuguesa chama de estrangeirados.” (Ceila Ferreira Brandão, “Mulher e Literatura no Século das Luzes ou Reflexões sobre Historiografia Literária”, in *Revista Mulheres e Literatura* – http://www.letas.ufri.br/litcult/revista_mulheres/volume5/ler.php?id=9).

¹⁰ Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984.

¹¹ Autor que afirma “a diferença do sexo não tem parentesco com a diferença do entendimento (...) Se das mulheres se aplicassem aos estudos tantas quantos entre os homens, então veríamos quem reinava” (*apud* Monica Rector, *Mulher Objecto e Sujeito da Literatura Portuguesa*, cit., p. 128), mas que destina essa capacidade a um fim específico, pois também para ele, a mulher “até então tida como serviçal, passa a educadora. Mas seus ensinamentos se restringem ao espaço da casa, até que os filhos, sobretudo homens, cresçam e deixem o lar materno para serem educados por homens em estabelecimentos de ensino.” (*ibidem*). É, então, parafraseando Monica Rector, uma educação utilitária a destinada às mulheres, por serem estas, veículo privilegiado para a “(...) vulgarização, tanto do contágio, como do antídoto (...)” (Zulmira C. Santos, “Percurso e formas de leitura «feminina» na segunda metade

importância da educação feminina¹², embora apenas enquanto meio para o fim de uma melhor cidadania das crianças educadas pelas mulheres; o próprio texto reclama a voz de Fénelon¹³ no seu *Aventures de Télémaque*; perpassam o texto as vozes iluminadas de Voltaire, Diderot, Montesquieu, Rousseau...¹⁴; mas ecoa sobretudo a voz de uma mulher muito especial que é ela mesma um símbolo emancipado das/pelas Luzes¹⁵, a própria Teresa Margarida que aos treze anos se apaixona

do século XVIII”, in *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, Série II, Volume XIX, Porto, 2002, p. 74).

¹² Teresa Margarida e a sua exigência de educação feminina enquadraram-se perfeitamente num momento em que “Las jóvenes de distinción demandaban una buen [sic] formación que, aparte de los rudimentos de la doctrina cristiana, leer, escribir y labores de mano, les permitiese conocer las principales reglas de la Aritmética, tan necesaria para el gobierno económico de una casa, la propia lengua, la música «que tanto adorna a las jóvenes» y nociones de Geografía para la Historia, tal y cómo venían haciendo las maestras particulares en sus clases.” (Teresa Nava Rodríguez, “Mujer Educada, Mujer Recluida: Colegios Reales en la Villa y Corte”, in Monika Bosse et al. (ed.), *La Creatividad Femenina en el Mundo Barroco Hispánico*, Kassel, Edition Reichenberger, 1999, p. 576).

¹³ “(...) um dos precursores da Ilustração (...) De Fénelon, Teresa Margarida conserva a oposição ao regime absolutista, mas a aceitação do regime monárquico. Conserva também a preocupação didática e pedagógica; porém a autora de *Aventuras de Diófanes* apresenta maior preocupação com a educação das mulheres que considera possuírem os mesmos direitos (...)” (Ceila Ferreira Brandão, “Mulher e Literatura no Século das Luzes ou Reflexões sobre Historiografia Literária”, cit. Lembro, para confronto potencialmente frutuoso, *Education des Filles*, de Fénelon, datada de 1687. Simultaneamente, “Ergue-se contra a escravidão, ao contrário de Fénelon.” (Monica Rector, *Mulher Objecto e Sujeito da Literatura Portuguesa*, cit., p. 133).

¹⁴ “(...) o primeiro romance anti-absolutista (...)”, (Maria de Santa Cruz, “Introdução” a *Aventuras de Diófanes*, cit., p. 21).

¹⁵ A propósito das marcas de uma escrita dita feminina, Isabel Allegro de Magalhães desmistifica, enfim, nesta época as ilusões de um estruturalismo ascético que busca apagar o autor sem notar quanto do texto assim destrói: “(...) não apenas a linguagem expressa essa dualidade sexuada, como ainda as antenas de percepção do mundo, as sensibilidades, as lógicas (racional, afectiva, onírica) (...)” (Isabel Allegro de Magalhães, *O Sexo dos Textos e outras leituras*, Lisboa, Editorial Caminho, 1995, p. 10).

por um homem mais velho e decide tomar as rédeas da sua vida por forma a conduzi-la rumo à felicidade, que aos 16 anos aceita ser deserdada e foge com o homem que ama, que toda a vida não permite a pai¹⁶, irmão¹⁷, marido, filhos, rei¹⁸ ou carcereiro¹⁹ que lhe coloquem grilhões na Alma, no Coração, na Razão ou na Voz.

¹⁶ “Uma das janelas dessa casa fora gradeada pelo pai José da Silva (agora familiar do Santo Ofício e provedor da Casa da Moeda), para impedir fuga da filha adolescente que mandara encarcerar e a quem proibira comunicação com quem quer que fosse, mas sobretudo com Pedro Jansen Moller van Praet [marido futuro após fuga] (...)” (Maria de Santa Cruz, “Introdução” a *Aventuras de Diófanes*, cit., p. 16).

¹⁷ Mathias Aires, autor de *Reflexões Sobre a Vaidade dos Homens*, também em 1752, com quem Teresa vive diversos conflitos, desde ideológicos à actualização destes na só aparentemente comezinha questão das heranças: “O pai e o irmão, contrariados pela sua nenhuma vocação religiosa e pela audácia da recusa, pelo desprezo de Teresa em relação ao dote já adiantado às Trinas e pela sua declarada paixão por Pedro Van Praet, encerram-na na ala posterior do solar de Agualva (...)” (Maria de Santa Cruz, “Introdução” a *Aventuras de Diófanes*, cit., p. 18). Mais tarde, no entanto, reconciliar-se-ão e Teresa Margarida viverá com o irmão, ocupando-se mesmo da educação dos sobrinhos. Cf. Adelto Gonçalves, “História”, in <http://www.blog.comunidades.net/adelto/index.php?op=arquivo&pagina=100&mmes=07&anon=2005>.

¹⁸ É bem conhecida a interpretação de crítica dirigida dada à obra que, assim, na figura real apresentada por contraponto ao também rei, mas iluminado, Diófanes, retrataria o déspota vigente D. João V e, com ele, o estado político da nação. Também Eva Loureiro Vilarelhe partilha esta ponderação: “A relevância política desta obra vê-se ressaltada pelo facto de ser entregue aos censores pouco mais de três meses após a morte de D. João V, cujo carácter absolutista aparece quase explicitamente criticado neste romance.”, in Eva Loureiro Vilarelhe, “Fabricação de Ideias e Identidade na Historiografia Literária Lusa e Brasileira”, cit., p. 2; Maria de Santa Cruz também recorda esta leitura na introdução à edição por mim adoptada, considerando a obra “(...) *roman à clef* que alegoriza a Corte de D. João V (...)” (“Introdução” a *Aventuras de Diófanes*, cit., p. 11).

¹⁹ Em 1770 foi presa no convento de Ferreira por ordem do Marquês de Pomal e aí ficou sete anos. A causa é desconhecida: “A clausura forçada, onde Teresa Margarida é aprisionada pelo Conde de Oeiras sem culpa formada, proibida de ver o sol e a lua e de frequentar os sacramentos: uma cela nua de ornatos no Mosteiro de Ferreira d’Aves, província da Beira.” (Maria de Santa Cruz, “Introdução” a *Aventuras*

É sob o signo da Razão²⁰ que surge a narração da viagem da família real de Tebas rumo a Delos, por ocasião da boda da filha Hemirena com o Príncipe local, Arnesto. Atacados em Argos, o filho, o herói tradicional, jovem e viril, Almeno, é imediatamente eliminado. Sobram três figuras, pai, mãe e filha, que, após anos de escravatura e separação, disfarces e desencontros, são três figuras estranhas ao retrato habitual de valentia, o velho (Diófanes-Antionor), a velha (Climenéia-Delmetra) e a mulher jovem (Hemirena-Belino)²¹. Não esqueço de todo a empresa heróica de Arnesto na tentativa de resgate da família da amada, mas cumpre igualmente lembrar a forma como este esboço de protagonista masculino é salvo pela valentia de uma Hemirena convertida em homem apenas na carapaça social, mas tão feminina e viril quanto no primeiro momento deste texto. Assim, as aventuras de Hemirena²² ilustram (nos vários sentidos históricos

de *Diófanes*, cit., p. 17). “(...) delitos de comportamento (...)” (Monica Rector, *Mulber Objecto e Sujeito da Literatura Portuguesa*, cit., p. 133).

²⁰ Aproveito este momento para apresentar uma síntese magistral do Iluminismo, baseada em Kant: “Retenons trois idées de Kant. La première: les lumières sont une audace de la pensée, *sapere aude*, «ose penser par toi-même». Il faut l’entendre comme une proclamation de l’émancipation de l’homme par la connaissance. C’est oser critiquer la tradition, la vision commune, l’orthodoxie, exercer une pensée critique dans tous les domaines de l’intellectualité, des idées, de l’univers philosophique et théologique.

Deuxième idée de Kant: cette pensée critique ne débouche pas sur un corps de doctrine universel. Troisième idée: le travail pour éclairer l’humanité est toujours à recommencer. Les Lumières sont un processus (...)” (Daniel Roche, “Une Révolution Totale”, in *Dossier La Révolution des Lumières – Revista L’Histoire*, n.º 307, março de 2006, Paris, p. 34).

²¹ O Rei e Escravo-Mentor Valido de Anfiarau, A Rainha e a Pastora Pedagoga, A Princesa e o Pastor/Soldado. Cf. Maria de Santa Cruz, “Introdução” a *Aventuras de Diófanes*, cit., p. 14.

²² Vários autores discutem, aliás, a propriedade de focar Diófanes no título da obra.

do termo) a forma como a mulher ideal conjuga as qualidades ditas femininas da *formosura* (beleza, graça, pureza, decoro, dedicação, lealdade, carinho) e as qualidades ditas masculinas da *virtude* (força, valentia, heroísmo, persistência, equilíbrio). Teresa Margarida da Silva e Orta prova, então, nos interstícios da obra, criando toda uma rede subterrânea de sentido, a forma como é a exterioridade da mulher, que lhe é imposta desde fora pela sociedade que a pretende moldar, a única marca distintiva da mulher em termos de qualidades. Convertida em homem aos olhos dos demais, por forma a evitar os perigos que assaltariam uma mulher só, Hemirena-Belino não é jamais desmascarada por qualquer inferioridade física ou de espírito. É imperdoável não recordar aqui a forma perfeita como esta demonstração diegética casa com a afirmação de Climenéia-Delmetra de que poucos homens teriam assento nas casas do Saber se igual acesso fosse permitido às mulheres²³ ou com a realidade externa de que o livro escrito por uma mulher, pseudonimamente atribuído também a um ente feminino (Dorothea) não seja de toda obra menor que não se atribuíra facilmente a virtuosa voz masculina como a de Alexandre de Gusmão. Se o velho e a velha se associam a figuras de Saber²⁴, as mulheres serão

²³ Afirmação já indiciada em Verney, até mesmo porque “Mulheres inteligentes eram tornadas ignorantes, porque não lhes assistia o direito de estudar (...)” (Monica Rector, *Mulher Objecto e Sujeito da Literatura Portuguesa*, cit., p. 135).

²⁴ Invocarei Jung para “(...) reconsider old age as a stage in the evolution of the psyche, that particular stage which, if well understood, allows us to understand and to complete what we have been and, in the final analysis, what we are.” (Vita Fortunati, “The Controversial Female Body: New Feminist Perspectives on Ageing”, in Maria de Fátima Outeirinho e Rosa Maria Martelo (org.), *Cadernos de Literatura Comparada 2*, Porto, Granito, 2001, p. 85) e adicionarei a ideia de que “(...) only a person who has experienced, accepted, and acted the entire human condition – the essential quality of which is Change – can fairly represent humanity.” (Pearsall, 1997: pp. 251-2, *apud* Vita Fortunati, “The Controversial Female Body: New Feminist Perspectives on Ageing”, cit., p. 92).

figuras similares na igualdade da recém-adquirida invisibilidade, fruto da feminilidade perdida pela idade ou pelo disfarce, pois “(...) when woman’s beauty and *sex appeal* are no longer, she becomes invisible (...)”²⁵. Há, paralelamente, toda uma tónica de provação espiritual, de paixão, que, direi, se aproxima em alguns passos, da estrutura hagiográfica²⁶. *Aventuras de Diófanes* é, também, necessariamente um “metalibro”²⁷ composto de vários tipos de escrita, da máxima²⁸ ao romance, da écloga ao diálogo.

Reconhecendo a impossibilidade de abarcar na extensão cronológica deste trabalho, de forma criteriosa, a totalidade de *Aventuras de Diófanes*, de Teresa Margarida da Silva e Orta, escolhi focar dois momentos de forte cariz doutrinário: primeiramente focarei os conselhos de Diófanes feito Antionor ao rei Anfiarau, seu anfitrião²⁹ e as respostas de Climenéia feita Delmetra aos pastores³⁰ nas bodas do velho Learco com Olímpia³¹. Tais momentos são, desde logo, dada a sua extensão³², foco de muita atenção da autora³³, mas são igualmente espelho privilegiado (e assumido) da época e do desenrolar do pensamento humano.

²⁵ Vita Fortunati, *idem*, p. 89.

²⁶ Cf. Margo Glantz, “El Discurso Edificante Femenino: ¿Hagiografía o Autobiografía?”.

²⁷ Maria de Santa Cruz, “Introdução” a *Aventuras de Diófanes*, cit., p. 21.

²⁸ Que começa por surgir de forma destacada, nas margens do corpo central do texto. Cf. Márcia Abreu, “Leituras Literárias no Rio de Janeiro (1769-1807)”, cit..

²⁹ Incidirei nas páginas 134 a 156 da edição adoptada para este trabalho.

³⁰ Afinal, “O Arcadismo é a volta à simplicidade após os exageros cultistas” (Monica Rector, *Mulher Objecto e Sujeito da Literatura Portuguesa*, cit., p. 127).

³¹ Incidirei nas páginas 99 a 115 da edição adoptada para este trabalho.

³² Do total de 174 páginas, ocupam entre si 38, sendo que nestas se suspende a acção central.

2. “(...) o Soberano se faz amável pela bondade e não pela autoridade.” (p. 135)

Confesso um certo carácter cénico na ordenação dada ao trabalho, para além de um desejo de coerência significativa: de facto, apesar do seu surgimento inverso nas páginas de Teresa Margarida, a aparente simultaneidade diegética dos discursos de Diófanes e Clime-néia permite-me deixar para um momento posterior de maior ênfase as palavras femininas e focar agora o discurso de poder masculino, que será, aliás, como comprovarei, base de muitos dos avanços na condição feminina.

Após o relato a Delmetra de várias peripécias³⁴, Diófanes centra-se num momento em que se encontra na corte do rei Anfiarau, cujo respeito e admiração conquistou ao resgatar das chamas o seu maior inimigo³⁵, apesar de persistir, contra vontade declarada do monarca,

³³ Tal ideia é, para além de directamente sustentada pelo título original da obra, que a retrata como um elenar de máximas, uma noção partilhada por diversos estudiosos. Cito: “O que realmente tem maior repercussão da história e centra o interesse da autora, a julgar pelo número de páginas que lhe dedica, são os conselhos e comentários das diferentes personagens, sendo muitas vezes os diálogos entre elas meros pretextos para apresentar todo um catálogo de máximas pelas quais se deveria reger qualquer bom soberano, qualquer mulher virtuosa ou qualquer sociedade regida pelos preceitos iluministas.” (Eva Loureiro Vilarelhe, “Fabricação de Ideias e Identidade na Historiografia Literária Lusa e Brasileira”, cit., p. 2).

³⁴ Relato cujo objectivo seria o de minorar os tormentos da padecida rainha: “Ouvi meus trabalhos, porque os alheios conciliam forças para tolerar os próprios.” (p. 131). Uma análise verdadeiramente psicanalítica *avant la lettre* se poderia extrair desta aparente aceitação de um misto de sadismo e de masoquismo vicariante como marca talvez do espírito lusitano, talvez da mesquinhez humana é quase irresistível, mas sou obrigada a reconhecer não comportar este trabalho tais “devaneios (?)”.

³⁵ Note-se, todavia, o carácter verdadeiramente humano e, como tal, múltiplo, do comportamento de Diófanes, pois que, para além do respeito maior pela vida humana que o leva a tal acto heróico, admite, paralelamente, a parcela de auto-de-

a recusa de revelar a sua verdadeira identidade. Aditem autores ser este um espelho da vivência de Alexandre de Gusmão na corte de D. João V. No início da passagem aqui por mim focada, encontramos Antionor (Diófanos) perante o rei Anfiarau, que expressa admiração pela acção do sábio junto dos camponeses locais, que parece ter trazido a luz da civilização e instaurado o primado da Razão³⁶, ao que o visado responde, em plena obediência ao tópico da humildade do narrador, ser indigno de tais considerações e desejar, então, ser escusado à vivência da Corte. É deliciosa a forma como a humildade se mescla com o objectivo pessoal no discurso de Diófanos. Anfiarau contorna totalmente o pedido e dá início a uma série de perguntas acerca do bom governo, cujas respostas por Diófanos serão o fulcro deste momento do trabalho³⁷.

fesa inerente à atitude, de forma claramente, direi eu, assumidamente predominante, pois relata Diófanos, “(...) chamei gente, para que se apagasse; e ouvindo que todos se magoavam por Aldino [o inimigo declarado de Diófanos], por ser o fogo no seu quarto, lembrando-me do quanto é horrorosa a vingança, e que podia haver quem se persuadissem que eu lhe aplicara o fogo, pois ele cruelmente me quisera castigar de culpa que eu não tinha, sem temer mais a morte que os juízos temerários das gentes, entrei atrevidamente, rompendo pelas chamas, a buscar Aldino.” (p. 126). Será, creio, grave insulto ao génio criador de Teresa Margarida, considerar este centrar exclusivo nas consequências individuais do acto de resgate (destaco que, até à identificação de Aldino, Diófanos fala apenas em chamar gente para que se apagasse e não demonstra imediata preocupação pela possibilidade ou não de retidos) mera falha literária ou lapso involuntário. Seria um brilhante, cru, real e verdadeiramente iluminado desnudar da alma humana e uma notável desmistificação da heroicidade que sobre esses rótulos castradores se perderiam.

³⁶ “É a época da emancipação do ser humano pela razão e pelos frutos do saber (...)” (Monica Rector, *Mulher Objecto e Sujeito da Literatura Portuguesa*, cit., p. 128).

³⁷ Abstive-me de usar para esta passagem o termo “espelho de príncipes”, apropriado, afirmo, em temática, mas segundo a maioria dos seus estudiosos, não em época, pois: “tais textos definem-se como gênero no século XIII, na corte capetíngia, e persistem até o século XVII (...)” e não mais além, segundo, a título de exemplo,

Diófanes começa por enumerar os diferentes termos atribuídos pelos vários povos ao longo da História aos seus governantes. Este despertar imediato para a transitoriedade da vida é cimentado de forma mais óbvia na afirmação subsequente de que a morte iguala arado e trono. Está dada a tônica para um discurso do governo como dever e não como direito, tarefa e não privilégio. Anfiarau questiona-o, então, quanto à forma de conservação e execução desse governo e quanto à maior glória no mesmo. Diófanes avança imediatamente para uma bem setecentista identificação de glória com justiça (e logo com Razão). Assim, recrimina o expansionismo territorial sem base moral³⁸, embora imediatamente sustente esta postura com argumentos de um pragmatismo claro centrados na governabilidade financeira e cívica de terrenos alargados que termina numa noção que não empalideceria a Maquiavel subscrever, de que o governo se mantém pelo bom nome junto do povo, assim convertido em seu maior defensor. Trata-se, assim, de um Bem, sim, mas de um Bem como Meio para o Fim de manter o reinado. A grande questão que me coloco e para qual não tenho resposta definitiva será até que ponto esta pragmatização é inerente aos fundamentos do discurso de Diófanes ou um artifício retórico destinado a uma mais fácil persuasão de Anfiarau.

Está sempre presente no discurso de Diófanes o princípio apolíneo da justa medida. Assim, cumpre ao soberano equilibrar a necessidade de ouvir os súbditos, pois “(...) o Soberano se faz amável pela bondade e não pela autoridade” (p. 135) e os perigos dos excessos de

Susani Silveira Lemos França (“O Espelho de Príncipes”, in <http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/1463,1.shl>). Lembro, no entanto, a forma como assim como aqui “A pessoa do rei surgia, pois, nesses textos, como condição essencial da governação, denunciando uma compreensão sobretudo ética do poder.” (Susani Silveira Lemos França, “O Espelho de Príncipes”, cit.).

³⁸ Fica por esclarecer a natureza moral da expansão, tópico surpreendente e assustadoramente contemporâneo.

liberdade, que “não carece de menos prudência para conservar-se do que valor para se ganhar.” (p. 135). A Liberdade surge, então, como bem precioso e frágil a preservar por meio da Razão. Diófanes alerta para a forma como os recantos sombrios da alma humana podem sempre fazer perigar a liberdade alheia e para o quanto a regulação das liberdades pode, afinal, ser a sua maior defesa, pois “Muitos são os que deixam de fazer mal porque não podem, e poucos porque não querem.” (p. 135). Está, então, plenamente explanada a leitura de leis e governo como formas supremas de a Razão vencer o Instinto do homem em sociedade.

Por aqui desejara Diófanes terminar o seu discurso, mas Anfiarau novamente o interpela, questionando-o quanto às características de um Rei amável e aos perigos sociais. Diófanes aproveita a temática económica, o despesismo, a vagabundagem, a dívida para apresentar o Soberano como tutor e não senhor do seu feudo. Assim, deve obrar por prémio e castigo justamente distribuídos para manter a estabilidade da qual dará contas, não ainda ao Povo, mas à divindade, assumindo já a sua plena responsabilidade. A formulação em máximas é totalmente óbvia neste ponto do texto. É neste tom que surge uma importante ideia do autor: quando não há virtude, que haja aparência, por forma a não desperdiçar também o valor do exemplo. Paralelamente a importância da dádiva real (que traz à memória o confronto medieval Artur-Galeot) surge como mecanismo de manutenção da fidelidade popular. Há assim um forte cariz pragmático nos conselhos de Diófanes. Dir-se-á, talvez, que a sua maior distanciação do pensamento Maquiavélico estará nos fins, mais colectivos que individuais, do que nos meios. Cumpre, assim, que os súbditos estejam ocupados para o bem da nação, mas também para que do ócio não nasça uma atenção ao detalhe supérfluo que desvirtue o valor dos heróis. Diófanes declara, enfim, residir a maior qualidade do governante na escolha dos seus vassallos imediatos, tomando por base o talento, a sabedoria, a justa

recompensa e, sobretudo, a Verdade, qualidade maior nem sempre bem aceite (Diófanos sugere mesmo a dificuldade do próprio Anfiarau em aceitá-la). É, assim, frisado ser nas Obras e não no Discurso que reside a virtude do Rei, a necessidade de nos vassallos se unir sangue e ciência, tópico que será reforçado mais tarde, o sacrifício individual ao bem público e o valor exemplar do governante que exercita a virtude e triunfa sobre os vícios.

Reconhecendo a verdade das palavras de Diófanos, Anfiarau incumbem-o de viajar pelo Reino e elaborar um relatório efectivo das condições de vida. Aqui se dá então uma pausa nas conversas de rei e vassallo, durante a qual Diófanos reúne ampla informação submergindo-se sob disfarce junto do povo e através da leitura (experiência e reflexão). É com a plena verdade que o herói retorna ao rei, declarando o estado “miserável” (p. 137) da nação: insegurança, preguiça, ruína, mentira, injustiça. Diófanos parte em seguida para a tentativa de alteração da situação, recomendando uma vez mais o papel exemplar da virtude do rei e seus directos, ressaltando o valor da experiência da vida, para além do demonizar da ambição oca, individual. Lembra como as leis romanas valorizavam já as vivências individuais dos seus governantes, pois “(...) a arte de governar se acha com a prudência, se defende com a ciência e com a experiência se conserva.” (p. 138). No entanto, fica imediatamente mutilada esta experiência ao confiar Diófanos *preferencialmente* o governo aos membros de um único estrato social – a nobreza: “(...) não só devem ser sábios os ministros, como também nobres (...)” (p. 138), até “(...) porque assim como aumenta a ciência o lustre da nobreza, também é esmalte da nobreza a ciência que a acompanha.” (p. 138). Não há margem textual para a consideração desta nobreza como marca de carácter ao invés de estirpe, sendo os nobres referidos como “classe” (p. 138), “antiga ordem” (p. 139), “filhos de Júpiter” (p. 139), “fidalguia” (p. 139) e “bem nascidos” (p. 139). Diófanos frisa, ainda assim, uma leitura do estatuto

de nobreza como responsabilidade acima de direito, apesar de lhe atribuir direitos que retira aos “mecânicos”³⁹ (p. 139), amedrontado pela possibilidade de soberba assim adquirida. Anfiarau, demonstrando o raciocínio dialéctico e autocrítico de Teresa Margarida, contrapõe a possibilidade de coexistência de sabedoria e maldade, mas Diófanos parece realçar a importância da boa escolha nos legisladores para que leis racionais e claras, justas e objectivas possam ser aplicadas mesmo pelos mais rústicos. Há várias contradições internas detectáveis num olhar mais atento. Mantém-se, no entanto, a ideia central de que o soberano bom é aquele que é amado e não aquele que é temido. Para o ser cumprir que recompense condignamente aqueles que o rodeiam, para ter entre estes os melhores. Surge já a preocupação com o que o paradigma americano novecentista convencionou designar ‘brain-scouting’: a tentativa de atrair e manter os espíritos mais evoluídos, quer os nacionais quer aqueles a quem “(...) trará a fama de Reinos estranhos (...)” (p. 140), pois “Os homens grandes nas ciências se fazem com regalias, isenções e boa renda.” (p. 140).

Diófanos realça a importância da propriedade como garantia de responsabilidade, pelo que sustenta a possibilidade de posse para todos. As pequenas contradições metodológicas, que traduzem, enfim, voluntariamente ou não, a permanente insuficiência ideológica do domínio racional do real, vão sendo mais explícitas com o prosseguir do discurso⁴⁰: assim a “(...) dai inteira liberdade ao comércio (...)” (p. 141) se sucede, quatro linhas depois, “(...) elegei alguns mais capazes para governarem o comércio (...)” (p. 141). É paralelamente

³⁹ Trabalhadores manuais.

⁴⁰ Curiosamente (ou significativamente?) de forma bem mais marcada no discurso de Diófanos que de Climenéia. Lembro que “Em certas passagens, a obra indica a superioridade da mulher ...” (Monica Rector, *Mulher Objecto e Sujeito da Literatura Portuguesa*, cit., p. 133).

ressaltada a importância do apoio ao investimento, da protecção aos desfavorecidos e da temperança na aceitação de costumes lúdicos não perniciosos, uma versão polida do eterno romano “pão e circo”.

Ocorre-me ao ler nova passagem de elogio à imparcialidade como motor do bom governo a frequência com que o texto é perpassado por noções como ‘justiça’, ‘honestidade’, ‘correção’, ‘verdade’ e, paralelamente, a parca exploração dos mesmos. Direi que este aparente assumir de terreno comum contribui apenas para a dissolução dos princípios apresentados ao permitir a sua invocação pelas mais diferentes facções. Estes termos tornam-se assim bandeiras prontas a ser hasteadas por qualquer braço, prontas a justificar qualquer marcha, mas pouco mais que vazias de traços distintivos, identificadores, determinantes e determinados, neste caso por Teresa Margarida. É este, na minha leitura, o ponto mais fraco da obra.

E assim se dá passo no diálogo à necessidade de criar junto dos povos vizinhos a noção de estabilidade e respeito do país e do seu governante. Para isso Diófanos defende um exército voluntário bem treinado e motivado, porque devidamente recompensado e louvado até. Então, o Rei poderá surgir já não como o guerreiro invencível, mas como o pio Pai dos pobres, único privilegiado que neles se centra. Daqui a importância de o ser não através da caridade hipócrita sustentada na exploração, mas de um apoio real traduzido, por exemplo, na redução dos impostos: “(...) não oprimam os pobres com a cobrança dos tributos, porque é maior a culpa de roubá-los que o mérito de socorrê-los.” (p. 142). Surge, paralelamente, uma nova ética de guerra que protege a integridade de desertores e inimigos em fuga, ao reservar a violência para momentos de combate mútuo sobre a legitimidade da Razão. O soberano perdido e feito conselheiro não desperdiça a ocasião de atenuar a linha entre governante e governados, sugerindo a regra de ouro da reciprocidade, até porque perante os Deuses impera a igualdade marcadamente cristã.

Não foi esquecida, nem por mim, nem por Anfiarau, nem por Teresa Margarida a questão da nobreza para acesso directo do soberano. Anfiarau renova a dúvida de saber se terá de ser assim e Diófanes cai naquela que é para mim a mais grave contradição do seu discurso, excessiva, parece-me, para involuntária na escrita da iconoclasta Teresa Margarida: Diófanes parece sugerir que a nobreza reside não apenas no nascimento, mas também na ciência (“Não são só grandes (lhe respondi) e nobres os que precedem de antiga e preclara geração, porque também as ciências fazem grandes e enobrecem os sujeitos (...)” (p. 143)), para logo depois demonstrar a forma como estes cientistas se podem obter enviando “moços **nobres**” (p. 143) para estudar em reinos vizinhos. Parece-me deveras sintomática e nada fortuita esta incapacidade de se apartar do velho conceito da nobreza numa autora nada afeita a novas ideias e caminhos subversivos.

Diófanes finaliza as recomendações valorizando uma vez mais a verdade e expressando uma renitência no assumir da tarefa que agora dá por finda cuja humildade parece entrar em total contradição com o espírito de sacrifício ao bem público. Diófanes retira-se e dá-se nova pausa, durante a qual as alterações reais promovidas pelo herói trazem um novo fôlego ao Reino e numerosos louvores à voz que se ergueu dos escolhos e ousou gritar a verdade. Delmetra, que, lembro, escuta o relato de Antionor, verbaliza o tópico implícito, confirmado pelo velho, do bom soberano rodeado de maus conselheiros, vilões que serão responsáveis por um grave atentado à vida de Diófanes, mas a quem, ainda que contrariamente instigado por Anfiarau, o herói se recusa a denunciar, pois toma como vontade divina e aviso à deficiente segurança real. Durante a ausência forçada do leal conselheiro vozes maldosas se insinuam aos ouvidos do rei e permitem que se instale conflito com o soberano Ibério. Diófanes, por carta, aconselha-o a estar preparado para a guerra por forma a conseguir evitá-la. Será através dos encantos femininos de uma cortesã, Armelinda, que Diófanes será, enfim, retirado do coração do soberano.

3. “Não resplandece em todas a luz brilhante das ciências, porque eles ocupam as aulas em que não teriam lugar se elas as frequentassem (...)” (p. 105)

As teorias de Climenéia surgem em pleno idílio campestre⁴¹, envoltas num discurso repartido em respostas directas: tal como a do marido, a sua sapiência só é derramada a pedido, não há um avanço directo, voluntário, pessoal, individual para a alteração da sociedade – há-o, no entanto, na forte inovação do pensamento apresentado⁴². É nas bodas do velho pastor Learco com a jovem e formosa Olímpia que, por entre as festividades e os discursos dos implicados, os pastores pedem a Climenéia, convertida em Delmetra, anciã que se faz acompanhar pelo garboso Belino⁴³ (Hemirena disfarçada de homem), que lhes responda a várias questões. Dá-lhes início o noivo Learco, o mais ancião de entre os presentes, questionando a anciã quanto ao maior amor e maior aflição do homem. Climenéia parece mais hábil que o consorte no uso do humor para persuasão dos ouvintes e sucintamente declara o maior amor a “(...) consorte bela e virtuosa que ele não merecia (...)” (p. 99), numa alusão à boda presente. Instada a prosseguir, disserta em torno da verdadeira amizade a pedido da irmã da noiva. Climenéia declara só haver amizade na partilha integral de

⁴¹ É óbvia a maneira como Teresa Margarida se inscreve na tradição de louvor do natural, por confronto com o artificial, que virá a sustentar as teses de Jean-Jacques Rousseau.

⁴² “(...) a mais reivindicativa dos direitos da mulher em suas máximas – em especial do direito a escolher marido, a frequentar as escolas superiores e a dirigir os destinos de um Reino (...)” (Maria de Santa Cruz, “Introdução” a *Aventuras de Diófanes*, cit., p. 15).

⁴³ Sem qualquer conflito geracional, embora “(...) ageing involves various epistemological, biological and social problems, including the relationship between the generations (...)” (Vita Fortunati, “The Controversial Female Body: New Feminist Perspectives on Ageing”, cit., p. 85).

venturas e desventuras e alerta para as cautelas a ter na hora da escolha dessas amizades, pois cumpre também a lealdade, a prudência, o segredo e a total generosidade. Os amigos devem ser escolhidos pela pureza das suas intenções, mas também pela excelência das suas qualidades. Apesar de se dirigir a um público serrano, a antiga rainha não resiste a extrapolar estas considerações, de forma até magnificada, para o ambiente cortês “(...) onde há muitos que merecem estimação e muito poucos que mereçam se lhes confiarem os sentimentos internos.” (p. 100). Coloca a amizade acima da consanguinidade. Intrigadas pela vida da Corte⁴⁴, é natural (e útil para a mecânica textual) que a terceira pergunta incida precisamente sobre o pior trabalho das mulheres da Corte. Climenéia, bem mais directa que Diófanes, mas igualmente dotada na oratória⁴⁵, declara imediatamente ser o procurar a beleza por meios artificiais e artificiosos, caindo na ociosidade estéril e descurando a beleza do espírito que, essa sim, subsistirá ao tempo⁴⁶. A mulher deveria unir-se às do seu género e procurar o avanço da condição feminina, ao invés de render a sua existência ao suspirar

⁴⁴ Temática coevamente integrada na “(...) vastíssima tratadística que, de maneiras várias, desenvolve a temática da rede de relações estabelecidas na corte (...)” (Zulmira C. Santos, “Racionalidade de Corte e Sensibilidade Barroca: os avisos para o paço de Luís Abreu e Mello”, in *Actas do I Congresso Internacional do Barroco – II Volume*, Porto, Reitoria da UP, Governo Civil do Porto, 1991, p. 381).

⁴⁵ Aqui, direi, falha o argumento da aparente igualdade humana, pois ao possuírem tamanha eloquência, Antiooor e Delmetra denunciam Diófanes e Climenéia ao olhar mais atento, pois “O domínio da “arte da conversação” – verdadeira retórica cortesã – pelas palavras, pelos gestos, pela capacidade de narrar histórias, constitui (...) a marca identificativa do cortesão, o traço distintivo que o separa dos outros e lhe permite movimentar-se na corte com sucesso.” (Zulmira C. Santos, *idem*, p. 398).

⁴⁶ Neste momento se poderá dizer, como Monica Rector, que “A autora reproduz a voz masculina, condenando o corpo.” (*Mulber Objecto e Sujeito da Literatura Portuguesa*, cit., p. 134). Ressalto no entanto o objectivo diametralmente oposto de libertação, e não menorização, das mulheres.

por amados, numa ânsia de aprovação e elogio que pouco tem de dádiva, mas mais de vaidade e insuficiência perante si e perante as outras a quem enumeram os amantes desprezados. Climenéia afirma a educação não como uma obrigação da mulher, mas como um direito a reclamar. A informação, o combate ao ócio, mas não o deleite literário pernicioso.

Teresa Margarida retorna ao estatismo social da escolha da nobreza por Diófanos ao colocar Climenéia a dirigir o discurso às pastoras, aceitando que “(...) não podeis instruir as filhas nas ciências (...)” (p. 103), sem qualquer incitação à revolta, mas antes declarando bastar o trabalho quotidiano e a resistência ao ócio como garantes da sua virtude. Seria deliciosamente tentador explorar os ecos do termo usado por Teresa Margarida ao reclamar para esta resposta “(...) *inexplícável* aplauso (...)” – mero sinónimo de ‘inusitado’, ‘extraordinário’, ‘notável’, ‘assinalável’? Ou muito mais? Infelizmente não possuo (nem consegui adquirir) nesta fase conhecimentos filológicos suficientes para responder a esta questão, que, a ser revestida da duplicidade que aparenta, traduziria a existência de todo um pensamento tentadoramente subterrâneo no texto.

A quarta questão prende-se com os defeitos apontados às mulheres por dedo masculino: ignorância, maldade e loucura, segundo a anciã. Aponta ela dedo acusador a pretensos Filósofos e Poetas ou meros populares que pela sátira, fruto do seu próprio sentimento de inferioridade, menorizam a cultura feminina. Esta passagem faz apeterer imaginar em devaneio a escrita de Teresa Margarida caso lhe fora dado viajar no tempo e ler Freud. Seria, decerto, um triunfo para a estrangeirada o reconhecimento de tanto quanto indicia neste seu “(...) trabalho de conscientização da mulher (...)”⁴⁷. O ataque à mulher surge nesta passagem sempre como forma inferior de suplantar

⁴⁷ *Idem*, p. 135.

a própria vileza e de afogar a mágoa dirigida a uma na raiva a todo o colectivo: “Estes vendem a vingança como doutrina e procuram persuadir a todos que o menor espírito de todos os homens que há no Mundo tem melhores qualidades que os das mulheres mais capazes de todo o Universo. Eu não intento louvá-las contra justiça, pois tem sido o meu empenho advertir-lhes os defeitos que em muito poucas se acham; mas não haverá quem lhes negue a glória de que a mais rude está em mais alto grau que todos eles só em conservar a moderação e constância em desprezá-los.” (p. 104). Ouso dizer que esta passagem tão-somente bastaria para declarar esta obra como testemunho notável de valor e modernidade. Teresa Margarida, Climenéia (como dissociá-las neste momento?), declara serem as mulheres constituídas de forma igual aos homens e faltar em muitas o brilhantismo da ciência apenas por lhes estar vedada a educação na qual certamente suplantariam os homens, uma vez colocadas em igualdade de circunstâncias. Não se esquivava a declarar desabridamente: “(...) há sempre neles mais que repreender e nas mulheres muito que louvar, menos naquelas que muito os atendem, porque eles arruinam.” (p. 105). Inverte-se aqui a imagem do homem protagonista assolado pela mulher tentação.

Belino inspirará então uma dissertação de imagística quase camoniana ao perguntar à velha que desconhece ser a sua Mãe qual a pena justa para os que voluntariamente procuram os disparos de Cupido. É com as penas camonianas, mas sem o aspecto delicioso do seu pungir, que Climenéia descreve o Amor. Para estas o único remédio é o recato que transformará o desejo em afecto ou o extinguirá.

O sábio Anduvino retomará o questionar em torno da Corte (cujo conhecimento por Delmetra ninguém parece estranhar), suscitando uma descrição de um quotidiano cortês de inveja, soberba, imitação negativa, ócio, fastio, despesismo, mentira, artifício, moda e erro que só o exemplo real pode deter e temperar. Questionada quanto ao maior trabalho das casadas responde ser os maridos “(...) imprudentes (...)”

(p. 107) e enumera as várias situações quotidianas que põem à prova o recato e temperança da mulher perante companheiros verdadeiramente desesperantes, por coléricos, ciumentos ou imbecis, violentos, adúlteros ou egoístas. Surge aqui um momento em que “(...) pela primeira vez, uma mulher nos dá uma visão moral e social do homem daquela época (...)”⁴⁸. Prega a dádiva mútua, a união por cedência recíproca: “Sofram-se os casados alternativamente (...)” (p. 107). No entanto, assume a submissão histórica da mulher como lógica.... Ou pelo contrário ironiza?: “Eles vieram primeiro ao Mundo, fizeram as leis, tomaram para si as regalias; e já que são mais velhos, não há mais remédio que fazer gala da sujeição, viver com eles e ter paciência porque, se advertirem que não são isentos de naufragarem na Estígia, ordenarão bem as suas acções; e as mulheres que desempenharem as obrigações de seu estado irão a descansar nas odoríferas sombras dos Elísios.” (p. 108).

Finaliza a intervenção de Climenéia pela resposta às questões da noiva: qual a ciência dos serranos, qual a maior imbecilidade no homem e qual a perfeição dos casados. Teresa Margarida explora aqui, ainda que só brevemente, a relevância da experiência e da ciência experimental enquanto fonte de saber garantido, sendo, paralelamente, que o mais néscio dos homens é o ignorante teimoso. A perfeição dos casados reside na escolha mútua, livre, amorosa e sincera, por forma a que entre eles haja laço tão estreito e devoto que seja difícil determinar amo e mandado.

Teresa Margarida retoma o uso do termo “inexplicável” para o sucesso de um discurso que ela própria explica, ao provar ser a mescla de veras e graças, o latino *prodesse ac delectare*, a fonte de tanto agrado e proveito. Eu mesma, leitora em pleno novo milénio, usufruí neste estudo da notável facilidade de interpretação desta passagem,

⁴⁸ *Ibidem*.

por contraste com o discurso de Antionor, apesar da temática muito mais repartida, entrecortada mesmo. Motivos? Poderei elencar o público serrano mais inculto que obriga a comunicação mais imediata, a própria hipotética menor preparação retórica (que não teórica) da rainha, o carácter lúdico-pedagógico de concepções sociais apresentadas em banquete nupcial, por oposto ao mais grave cariz político-interventivo do discurso de Diófanos, ou até um reflexo discursivo do pragmatismo feminino.

Conclusão

A luz em Teresa Margarida é ainda bastante difusa. Não há um assumir inequívoco das linhas mais revolucionárias da ampla corrente Iluminista. No entanto, estão inequívoca e declaradamente presentes marcas fundamentais do Iluminismo literário: “(...) exaltação da natureza, divulgação apaixonada do saber, crença na melhoria da sociedade por seu intermédio, confiança na ação governamental para promover a civilização e bem estar colectivo (...) pendor didáctico e ético, visando empenhar [as letras] na propagação das Luzes (...)”⁴⁹. Está também presente o declarado desejo e louvor da felicidade, não há um elogio do sofrimento como fim e nem sequer como meio, mas apenas o seu reconhecimento como circunstância a enfrentar com rectidão: é, então, a “felicidade na virtude, na medida e na razão”⁵⁰ de Jean Touchard.

Para lá dos pruridos, eruditos talvez, mas muitas vezes incapacitantes e redutores, em arrancar do texto temporal a sua intemporalidade,

⁴⁹ Antonio Candido, *Formação da Literatura Brasileira*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1981, v. 1, pp. 43-44.

⁵⁰ Jean Touchard (dir.), *História das Ideias Políticas*, Lisboa, Europa-América, 1970, v. 4, p. 47.

opto pela compreensão plena, porque consciente das marcas epocais, tradições literárias, vogas intelectuais e casuísticas autorais, que colhe no seio mais profundo do texto a compreensão da existência humana, da sua leitura do Mundo e da Vida, matizada pelos beges da circunstância, mas delineada nos tons primários do Humano. Assim, leio em Teresa Margarida a ânsia pela justiça, pela liberdade, pela igualdade e pelo conhecimento que Setecentos iluminou, mas ainda resta ao novo milénio cumprir.